

Cartografar para adiar o fim do mundo

Cartographying to postpone the end of the world

Juliana Martins Roeber ¹

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria – RS

Luana Vargas Aquino ²

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria – RS

Marcele Pereira da Rosa Zucolotto ³

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria – RS

Resumo

Este ensaio tem como objetivo propor uma reflexão acerca da produção de conhecimento na universidade no âmbito da pesquisa. São abordados os impactos do processo colonizatório tanto na manutenção da perspectiva epistemológica hegemônica quanto nos processos de produção de subjetividade contemporâneos. Aponta-se a cartografia como metodologia de pesquisa capaz de acompanhar a diferença e a pluralidade nos processos de subjetivação, enquanto é elaborada uma aproximação com o pensamento de Ailton Krenak, propiciando uma reflexão acerca da possibilidade de utilizar a pesquisa como uma forma de adiar o fim do mundo.

Palavras-chave: Cartografia; Pesquisa; Ailton Krenak; Multiplicidade.

Abstract

This essay aims to propose a reflection on the production of knowledge in the university in the context of research. The impacts of the colonization process are addressed both in the maintenance of the hegemonic epistemological perspective and in the contemporary processes of production of subjectivity. Cartography is pointed out as a research methodology capable of following the difference and plurality in the processes of subjectivation, while an approximation with the thought of Ailton Krenak is elaborated, providing a reflection on the possibility of using research as a way of postponing the end of the world.

Key words: Cartography; Research; Ailton Krenak; Multiplicity.

¹ Psicóloga (CRP 07/36952). Especialista em Psicologia Analítica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3460-2079>. E-mail: julianaroeber@gmail.com.

² Psicóloga (CRP 07/40273). Mestra em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0676-0356>. E-mail: luanavargasaquino@gmail.com.

³ Psicóloga (CRP 07/13019). Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6856-8626>. E-mail: marcele.zucolotto@ufsm.br.

Notas Iniciais

O presente ensaio tem como objetivo promover uma reflexão acerca da cartografia enquanto metodologia de pesquisa, considerando sua potência como modo de pensar e de fazer ciência, ao se propor a acompanhar a produção da diferença nos processos de subjetividade. Nesse sentido, a cartografia se apresenta como um método que possibilita acompanhar a construção da pluralidade de formas de vida sem universalizá-las, por não pretender definir ou generalizar os acontecimentos.

Sendo a cartografia um método de pesquisa participativa, destacamos seu potencial enquanto promotora de vida e de conhecimento coletivo e horizontalizado. Por esse motivo, entendemos que cartografar é assumir uma postura que permite viabilizar a criação de novas realidades ou, ao menos, não impedir que essa criação ocorra. Para ajudar-nos a refletir sobre a necessidade de criar e de defender a criação de novos mundos, aproximamo-nos das palavras de Ailton Krenak para, junto ao autor, colocarmo-nos também a pensar acerca de ideias para adiar o fim do mundo, seguindo sua proposta de que adiá-lo é sempre poder contar mais uma história (Krenak, 2019, p. 27), ou seja, continuar a ampliar nosso imaginário, nossos pensamentos, nossas maneiras de existir.

Acreditamos que cartografar, enquanto método de pesquisa, seja uma das possibilidades para adiar o fim do mundo. Portanto, neste ensaio, elaboramos uma interlocução entre o pensamento de Ailton Krenak e de autores da filosofia da diferença que deram consistência ao modo cartográfico de pesquisa. Sendo assim, esperamos contribuir com a investigação acerca das possíveis aproximações entre a cartografia e o pensamento contracolonial¹.

Nosso principal objetivo não é defender a cartografia, mas utilizar o espaço ocupado por esse método dentro da academia como ponte para a conexão entre os saberes hegemônicos e os saberes contracoloniais. No encontro entre ambos e em meio a essa troca, esperamos que se desenvolva uma reflexão singular, motivo deste ensaio.

¹ Optou-se por este termo, em detrimento de outros (como decolonial ou pós-colonial) visto que é o termo defendido por Krenak, importante referência nesta pesquisa.

O pensamento de Krenak em perspectiva: a diferença por um fio

Começamos situando nossa escolha pela principal referência e inspiração para esta escrita. Filósofo, artista, ativista, liderança indígena, ambientalista: essas e outras atribuições são conferidas a Ailton Krenak, autor que tem se tornado cada vez mais relevante na atualidade, com seus pensamentos e ensinamentos sendo difundidos ao redor do mundo.

No ano de 2023, Krenak foi eleito para ocupar uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras (ABL), tornando-se o primeiro indígena a conquistar tal posição. No evento de sua posse, o autor declarou que um de seus objetivos como membro da instituição seria contribuir para o resgate linguístico de mais de 170 línguas que compõem a cultura do Brasil – além do português – enfatizando que a ideia seria priorizar a oralidade, e não o texto escrito (Krenak, 2024a).

No decorrer do discurso, Krenak apontou que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) proclamou o decênio 2022-2032 como a Década das Línguas Indígenas. Tal ação teria como objetivo “chamar a atenção para o processo de perda das línguas indígenas e para a necessidade de se pensar em ações para proteger, revitalizar e promover estas línguas” (Neto, 2022, p. 2). Essa observação demonstra coerência com a eleição de Krenak como novo integrante da ABL, bem como com os objetivos almejados pelo autor ao se tornar parte da instituição – direcionados à proteção das tradições indígenas originárias do território hoje considerado brasileiro.

De acordo com Krenak (2024b), o que ameaça as línguas nativas é a ausência de falantes, o que torna necessária a tarefa de traduzir e divulgar (tanto as versões originais quanto traduzidas) as narrativas que compõem os acervos já existentes, como por exemplo o acervo do Museu/Funai. Citamos esses detalhes pois a constatação da ameaça às diversas línguas está vinculada à ameaça à diversidade cultural em nosso território e, se pensarmos mais amplamente, à ameaça ao corpo e às vidas de pessoas indígenas.

Nesse sentido, conforme apontado pelos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2022, atualmente é estimado que vivam no Brasil menos de 2 milhões de pessoas indígenas (IBGE, 2023), número que contrasta com a estimativa de que antes de 1500 viviam entre 1 e 6 milhões de nativos no território brasileiro (Vainfas, 2007). Conforme veremos mais à frente, essa dizimação tem relação com a perspectiva ideológica que conduziu o processo de colonização em nosso país.

Muito embora o principal foco desta escrita não seja discutir acerca do processo de colonização praticado pela Europa, é importante apontarmos que as discussões aqui propostas também são decorrentes de consequências desse processo, as quais impactam até hoje em nossa sociedade e suas marcas podem ser chamadas de colonialidades, conforme proposto pelo sociólogo Aníbal Quijano (2000, p. 343). Nessa perspectiva, apesar do fim da colonização, com a emancipação política dos países das Américas, os impactos do processo colonizatório ainda estão presentes na esfera social e econômica da sociedade.

Ribeiro (2010, p. 60) diz que “uma característica singular da América Latina é sua condição de um conjunto de povos intencionalmente constituídos por atos e vontades alheios a eles mesmos” e, se “dessas operações surgiram novas comunidades humanas, isto foi uma resultante ocasional, não esperada e até indesejada”. Ou seja, as subjetividades deste contexto social e cultural tiveram como fundantes os pressupostos determinados anteriormente pelos colonizadores europeus, cujo objetivo era o extermínio literal, cultural e subjetivo dos povos originários.

De acordo com Krenak, os processos colonizatórios ao redor do mundo têm relação com a tentativa de imposição de uma única forma de vida a todas as pessoas. Em suas palavras:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2019, p. 11).

A premissa apontada por Krenak, de que existiria uma única verdade a ser encontrada e seguida por todos – ou seja, uma verdade universal –, é um marco do processo colonizatório, que culminou e culmina até hoje no apagamento de culturas e tradições que diferem desse modo de pensar e viver imposto pela colonização. Podemos perceber esse padrão unificador em muitos processos sociais, como por exemplo na política, na economia, no consumo e na educação. Inclusive a ciência e a pesquisa são afetadas e atravessadas por essa forma de pensamento que busca por uma única verdade, considerada tão superior que poderia ser universalizada e replicada aos mais diversos contextos, desconsiderando a pluralidade da vida e das formas de existir.

Conforme apontado por Santos (2010), durante o processo colonizatório esteve presente a prática do “epistemicídio”, entendido como a destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos. De acordo com Grosfoguel (2016, p. 25), “o privilégio epistêmico do homem ocidental foi construído às custas do genocídio/epistemicídio dos sujeitos coloniais”. Ademais, o autor aponta que “as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo” (Grosfoguel, 2016, p. 28) e que as “universidades têm operado a partir de um uni-versalismo no qual ‘um (homem ocidental de cinco países) [França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália] define pelos outros’ o que é conhecimento válido e verdadeiro” (Grosfoguel, 2016, p. 46). Nesse sentido, o autor defende a necessidade de descolonizar as estruturas de conhecimento da universidade ocidental. Para tanto, ele (Grosfoguel, 2016) introduz o conceito de transmodernidade, proposto por Dussel e definido como um “projeto global que busca transcender a Modernidade da Europa e da América do Norte” (Dussel, 2008, 19-20, tradução nossa):

[...] a transmodernidade pede por diálogos interfilosóficos para produzir a pluralidade de sentidos, onde o novo universo também é plural. [...] O chamado por uma pluralidade epistêmica, como uma oposição ao universalismo epistêmico, não é equivalente a uma posição relativista. Ao contrário, a transmodernidade reconhece a necessidade de um projeto global compartilhado contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e o colonialismo. Mas ele rejeita a universalidade das soluções, onde um define pelos outros qual é a “solução”. Universalidade, na Modernidade europeia, significava “um define pelos outros”. A transmodernidade clama por uma pluralidade de soluções, onde “muitos decidem por muitos”. A partir de diferentes tradições epistemológicas e culturais surgirão também respostas

diferentes para os mesmos problemas. O horizonte transmoderno tem como objetivo a produção de conceitos, significados e filosofias plurais, bem como de um mundo plural (Grosfoguel, 2016, p. 45).

Percebe-se o quanto, apesar do fim da colonização, as chamadas colonialidades ainda estão presentes nas esferas acadêmicas, políticas e econômicas da sociedade enquanto significativos e indelévels impactos do processo colonizatório (Ballestrin, 2013). A ameaça às línguas, à cultura e às vidas indígenas podem ser consideradas exemplos de colonialidades que dificultam a continuidade da diversidade cultural no território brasileiro.

A fim de proteger essa pluralidade, conforme necessidade apontada pela UNESCO e constatada nos recentes acontecimentos da ABL, se mostra fundamental um esforço coletivo em retomar a atenção às relevantes contribuições de representantes de culturas indígenas, além de propor alternativas em defesa da diversidade nos variados contextos sociais. Nossa proposta neste ensaio é direcionada à defesa da diversidade no âmbito das pesquisas acadêmicas. Optamos por dar maior enfoque às contribuições de Ailton Krenak, especialmente em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), para pensar a respeito das possibilidades, no campo da pesquisa acadêmica, de atuações não “uni-versalizantes”, nas quais haja espaço para a pluralidade.

A cartografia como abertura: um horizonte vasto à vista

Nessa direção, apontamos a cartografia como um método de pesquisa por meio do qual se torna possível reconhecer e acompanhar a existência e movimentos de multiplicidades e singularidades em cada contexto a ser pesquisado. Vale lembrar que todas as pesquisas que envolvem pessoas, suas experiências e expressões, lidam com um mesmo fenômeno em comum, ao qual se dedica o método da cartografia: a produção de subjetividades.

Gilles Deleuze e Félix Guattari² foram os pensadores responsáveis por compor o que entendemos por cartografia nas filosofias da diferença; a cartografia se constitui

² As elaborações teóricas sobre o método cartográfico estão reunidas em *Mil Platôs*, publicados por Deleuze e Guattari em 1980, mas já vinham sendo pensadas pelos autores desde *Antiédipo* (1972).

como aquilo que podemos denominar de anti-método e que serve ao pesquisador como pistas de um percurso a ser trilhado, na singularidade dos encontros e composições que acontecem ao longo do caminho. Antes disso, os autores já haviam elaborado em sua obra conjunta uma crítica ao estruturalismo, sendo considerados, portanto, pensadores pós-estruturalistas. Nesse sentido, cabe situar que o estruturalismo surge no século XX como uma forma de entendimento de características culturais e sociais a partir das estruturas que as organizam como um todo, enfatizando, desse modo, que toda cultura ou comportamento pertence a um sistema que só pode ser analisado em relação às estruturas que os comportam e os definem. Essa corrente teórica parte da influência direta da Linguística Estruturalista de Saussure, influenciando diversas áreas das ciências humanas, como a psicologia e a antropologia.

Portanto, o estruturalismo, que ganhou destaque nas décadas de 1950 e 1960, propôs que a compreensão das tendências culturais e sociais ocorresse por meio das estruturas subjacentes que regiam as relações entre os elementos de um sistema, como a linguagem, os mitos e as instituições. Ainda, o estruturalismo assumia que essas estruturas fossem universais, objetivas e independentes dos sujeitos que as interpretassem. Nesse sentido, as entidades individuais só poderiam ser explicadas em função dessas estruturas, afinal, para o estruturalismo, elas determinavam toda a produção de sentidos.

Em contrapartida, o pós-estruturalismo surgiu como uma crítica ao determinismo estruturalista, questionando a estabilidade, a objetividade e a universalidade das estruturas. O pós-estruturalismo desafiava a ideia de que a realidade pudesse ser explicada por sistemas internos e determinantes, e enfocava a instabilidade do significado, a pluralidade das interpretações e o papel das relações de poder na construção das verdades. Dessa forma, enquanto o estruturalismo buscava identificar leis gerais e imutáveis que regulassem a sociedade, o pós-estruturalismo confirmava a fragmentação, a multiplicidade e a contingência dos sentidos, propondo uma análise mais descentralizada e crítica dos fenômenos sociais, culturais e políticos.

Deleuze (2006) argumenta que o estruturalismo, apesar de sua tentativa de romper com o subjetivismo e o idealismo, ainda estava preso a uma lógica de totalidade, onde o significado das partes é sempre determinado pela estrutura maior em que se insere. Em *Diferença e Repetição*, Deleuze (2006) propôs que o estruturalismo havia falhado em captar a dinâmica de mudança e a multiplicidade de forças e processos que definiam a realidade. Ao invés de compreender as relações sociais e culturais como algo fluido e aberto à diferença, o estruturalismo tendia a reduzir a complexidade e a multiplicidade a um sistema fechado e fixo.

Além disso, Deleuze e Guattari (2010) criticaram a forma como o estruturalismo tratou as estruturas como conjuntos fixos e universais, como se as relações entre as partes de um sistema fossem imutáveis e sempre determinantes. Para os autores, essa visão estrutura a realidade de maneira transitória, desconsiderando o caráter contingente, fluido e relacional da vida social.

Assim, ao invés de considerarem as estruturas como bases determinantes, Deleuze e Guattari (2010) são autores contemporâneos que defendem a ideia de uma organização social e subjetiva mais aberta, privilegiando a diferença, a multiplicidade e a conexão rizomática, uma rede de relações não hierárquicas e não lineares, que são continuamente formadas e reformadas. Isso implica diretamente na compreensão que os autores possuem sobre a própria diferença enquanto conceito que, neste caso, se apresenta como força produtiva e criativa, que não pode ser contida ou explicada por sistemas fechados e totalizantes. Para eles, a diferença é um motor de transformação e resistência capaz de escapar das normas e das estruturas sociais.

Em decorrência disso, Deleuze e Guattari buscaram apontar algumas pistas que um determinado modo de ver e apresentar o mundo, ou seja, que não tivesse como objetivo encontrar significados ou definições concernentes ao tema pesquisado (marcas do estruturalismo), mas sim mapear as relações e forças envolvidas no contexto e nos fenômenos a serem acompanhados pelo pesquisador. De acordo com Barros e Passos (2015), a cartografia é considerada um tipo de pesquisa-intervenção. Segundo os autores:

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento,

mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisa ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas. Restam sempre pistas metodológicas e a direção ético-política que avalia os efeitos da experiência (do conhecer, do pesquisar, do clinar, etc.) para daí extrair os desvios necessários ao processo de criação. (Barros; Passos, 2015, p. 30)

A compreensão da pesquisa como intervenção e o foco em sua potência enquanto criadora e transformadora de realidade tem relação epistemológica no que diz respeito ao rompimento com o estruturalismo, afinal, pressupõe uma forma diferente de entender a pesquisa, seus participantes e o papel do próprio pesquisador – considerando que este não irá buscar respostas generalistas com a pesquisa, mas sim adentrar em uma experiência conjunta com os participantes e, a partir disso, narrar reconstruindo os acontecimentos não só observados, mas também vivenciados nessa situação. Nesse sentido, Barros e Passos (2015) afirmam que a cartografia impulsiona o processo de criação no campo de pesquisa, e este processo “se dá por uma dinâmica de propagação da força potencial que certos fragmentos da realidade trazem consigo” (Barros; Passos, 2015, p. 30).

Por conseguinte, a cartografia pode ser considerada um método de pesquisa transformativo, ao possibilitar que tanto os participantes quanto o pesquisador colaborem no processo da pesquisa, tornando este um trabalho conjunto. Deste modo, a experiência da cartografia se dá no encontro do pesquisador com aquilo que está sendo pesquisado, delineando-se aí um aparato metodológico singular, que se constitui em um percurso de acompanhamento, de troca e abertura para aquilo que surge no caminho.

Cartografi-adiando o fim do mundo

Quando nos colocamos a pensar em conjunto sobre este ensaio, surgiu-nos a pergunta: poderíamos chamar Krenak de “escritor”? Afinal, seus livros têm grande sucesso de vendas e suas ideias estão sendo comentadas tanto dentro quanto fora

do universo acadêmico, em diversos países, indicando sua relevância ao pensamento contemporâneo. Entretanto, nenhum dos livros foi *escrito* por ele. Todas as palavras foram *ditas* por ele, no formato e ordem presentes no livro; porém, foram expressadas oralmente. Partindo da expressão oral, as palavras foram escutadas por outras pessoas e, a partir disso, transcritas em letras para compor uma escrita. Portanto, quem *escreveu* seus livros, não foi Krenak. No entanto, quem criou, pensou, expressou e colocou em palavras essas ideias foi, sim, Ailton Krenak, e suas contribuições através da literatura têm se mostrado muito relevantes atualmente.

Krenak é, portanto e indubitavelmente, um grande autor. A escolha da palavra “autor” não é por acaso; autor é quem cria, inventa, age. No livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, é justamente essa a postura sugerida por Krenak: criarmos caminhos no mundo, sermos autores de novas e diversas realidades. Adiar o fim do mundo será possível, justamente, ao expandi-lo através de sua incessante criação, sendo nós – também, mas não apenas – *autores* dessa criação. Defender a possibilidade de múltiplas formas de viver a vida se mostra urgente para garantir tanto que estas continuem a existir quanto para que delas possam derivar cada vez mais novas e singulares formas de viver.

Nesse sentido, é fundamental lembrar que a marginalização de outras possibilidades de existência, que não aquela que se desenrolou a partir de uma matriz hegemônica europeia e católica, se instituiu como uma política de mortificação de seres vivos. No entanto, isso não significa que há a resignação daqueles que ocupam esse lugar de margem, pois dessa disputa – desigual e violenta – nasce um novo modo de se relacionar com o processo de colonização. A arte, enquanto movimento de criação, nesse contexto, está intimamente relacionada à denúncia e combate às tentativas de apagamento, sendo aquilo que “resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha” (Deleuze, 1992, p. 219).

É com essas pistas que percebemos uma proximidade entre o pensamento indígena de Krenak e as possibilidades de transformação através da pesquisa cartográfica. De acordo com o autor:

Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. Então pra que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um

consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões. (Krenak, 2019, p. 24)

A perspectiva transformativa impulsionada pelo método cartográfico é capaz de proporcionar justamente uma experiência de pesquisa na qual as diferentes formas viver e compreender a vida recebem atenção e visibilidade na esfera acadêmica, contribuindo também para uma construção de saberes menos hierarquizada, onde os saberes dos participantes da pesquisa irão compor os resultados da pesquisa, juntamente com a experiência do pesquisador. Dessa forma, contribui como crítica e resistência à ideia de uma humanidade homogênea, abrindo as portas epistemológicas da ciência para diferentes cosmovisões.

A cartografia, ao indicar um viés contra-positivista na pesquisa, não se propõe a encontrar uma verdade. De acordo com Kastrup (2015, p. 32), “A cartografia é um método [...] que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto”. Ao acompanhar processos de produção de subjetividades, o pesquisador-cartógrafo não tem como objetivo/meta construir definições, as quais são chamadas dentro dessa perspectiva de representações. Afastando-se das teorias estruturais e assumindo uma outra perspectiva filosófica, a cartografia se propõe a acompanhar processos específicos, singulares, ou seja, referentes aos acontecimentos condizentes àquele momento, com aquelas pessoas, naquele lugar, naquele contexto social específico. Para isso, o cartógrafo assume um lugar não de quem busca por um conhecimento que possa levar a generalizações ou respostas absolutas, universais e replicáveis sobre um tema. Assim, abre-se espaço para uma posição que, ativamente, ao admitir o lugar de não-neutralidade do pesquisador, haja a possibilidade de superar a posição de “pesquisar *sobre*” e passar a uma atitude de “pesquisar *com*”. Entendemos o ato de “pesquisar *com*” como a possibilidade de contar mais uma história, tal qual proposto por Krenak no seguinte trecho:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder

contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (Krenak, 2019, p. 26)

Se supormos que toda pesquisa parte de uma curiosidade, uma dúvida, um desejo por saber mais, faz sentido assumirmos enquanto pesquisadores uma postura com maior intenção de conhecer do que de definir, porque definir seria justamente contribuir ao discurso de fim de mundo apontado por Krenak. Ao acompanhar um processo, a cartografia se propõe a acompanhar uma história, contribuindo para sua continuidade ou mesmo para sua transformação, para que tal fruição de vida prossiga e seja potencializada. Será possível acompanhar um processo se estivermos mais preocupados em encontrar uma resposta ou um resultado do que em conhecer e experimentar o campo o qual habitamos durante uma pesquisa? Por que o valor da resposta (do resultado, da “verdade”) é muitas vezes considerado mais relevante do que a potência do não saber, do que a abertura para descobrir, a dúvida, a pergunta, a expansão, o encontro? Essas são questões centrais para o entendimento da teoria e prática da cartografia.

Não pretendemos, porém, responder a essas perguntas. Porque nosso objetivo é antes de tudo propor uma reflexão. Como já discorremos anteriormente, a proposta de civilização tem relação com a busca por uma única verdade e essa forma de pensar tem impacto no modo de fazer ciência e pesquisa. Portanto, quando nos empenhamos a escrever um ensaio e, ao longo dele, inserimos perguntas que não pretendemos responder de forma fechada e definitiva, parecemos estar indo contra os princípios do fazer científico hegemônico. Porém, encontramos tanto na filosofia da diferença de Deleuze e Guattari quanto na perspectiva de Ailton Krenak a proposta de que consigamos admitir que não exista apenas uma resposta ou definição para a realidade, considerando a importância de manter vivas algumas questões.

Lendo atentamente o livro de Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), constatamos a presença de inúmeras perguntas ao longo de sua fala. Percebemos a potência presente nessa leitura, que nos convoca a pensar junto ao autor, conforme lemos suas palavras. Um estilo de literatura que, apesar de conter as palavras de apenas uma pessoa, se torna uma conversa, pois instiga o leitor a entrar na discussão, conforme as perguntas vão surgindo ao longo do pensamento de Krenak. O autor não deixa de colocar seu ponto de vista, deixando claro ao leitor suas preocupações,

opiniões e perspectivas. Mas há sempre, também, o convite para que o pensamento do leitor venha a compor juntamente às palavras contidas no livro e, dessa forma, cria-se uma oportunidade para que o leitor possa “pensar *com*” o autor e que, desse encontro, surjam ainda novas ideias e realidades – justamente a proposta de Krenak para adiar o fim do mundo. Inclusive, o presente ensaio nasce precisamente desse encontro entre nós, autoras, e Krenak, enquanto nos propomos a “escrever *com*” as ideias dele. Da mesma forma, espera-se que o encontro entre pesquisador e participantes de uma pesquisa propicie o surgimento de algo novo e singular. Entretanto, fato é que não se pode prever com certeza o que poderá surgir desse encontro.

Consideramos aqui que a proposta de escrever *com* faz parte de nossa proposta de escrita através do método cartográfico. Esse método por vezes recebe críticas referentes à sua característica de não se propor a estabelecer um caminho linear para atingir um fim. Enquanto para pesquisadores que se inspiram na perspectiva cartográfica isso se mostra uma das potências da cartografia, para outros pesquisadores isso poderia ser considerado um motivo para deslegitimá-la enquanto método ‘confiável’. Porém, é devido à ausência da rigidez protocolar que a cartografia se torna capaz de acompanhar os processos de subjetivação. Essa proposta vai ao encontro do pensamento de Krenak (2019):

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Krenak, 2019, p. 33).

Se, para defender a diversidade e a diferença, precisamos nos afastar da proposta colonialista de seguir os mesmos protocolos em busca de homogeneização, é possível afirmar que precisamos nos aproximar, enquanto pesquisadores, de métodos de pesquisa capazes de acompanhar as diferenças. Ao apontar que os fenômenos de produção de subjetividade têm como características o movimento, a transformação e a processualidade, Barros e Kastrup (2015, p. 76) afirmam que “por tal natureza, a subjetividade é refratária a um método de investigação que vise

representar um objeto e requer um método capaz de acompanhar o processo em curso” (Barros; Kastrup, 2015, p. 76). As palavras das autoras explicam, também, que a cartografia não se constitui enquanto um método com protocolo rígido e pré-estabelecido de pesquisa:

[...] a cartografia não comparece como um método pronto, embora possamos encontrar pistas para praticá-lo. Falamos em praticar cartografia e não em aplicar a cartografia, pois não se trata de um método baseado em regras gerais que servem para casos particulares. A cartografia é um procedimento *ad hoc*, a ser construído caso a caso. Temos sempre, portanto, cartografias praticadas em domínios específicos (Barros; Kastrup, 2015, p. 76).

Vale lembrar que isso não significa dizer que a cartografia não possua um direcionamento, conforme é explicado por Barros e Passos (2015):

[...] não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional do método sem abrir mão da orientação no percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional do método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas [...], mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. [...] A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (Barros; Passos, 2015, p. 17).

A partir disso, entendemos que a cartografia é um método que vai se fazendo no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios, dando espaço para que não apenas as formas, mas também as forças e linhas do fenômeno da subjetividade sejam explicitadas (Barros; Kastrup, 2015). A defesa de um método de pesquisa que não limite a expressão da subjetividade pode ser considerado um ato político e, nesta mesma direção, Krenak (2019) afirma que os povos indígenas resistem até hoje à invasão colonialista por ainda serem capazes de expandir suas subjetividades. Em suas palavras:

A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. [...] Suspender o céu é ampliar nosso horizonte; não o horizonte perspectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma ânsia por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que fomos capazes de inventar [...] já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de mantermos nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações (Krenak, 2019, p. 31).

Como, então, propor pesquisas que possibilitem viver com liberdade e que enriqueçam as nossas subjetividades? De certa forma, abrir-se à diferença e à

pluralidade exige coragem para abertura e encontro com o desconhecido. Ao assumirmos uma perspectiva não universalista e não estruturalista, abandonamos também a ideia de verdade absoluta – que poderia ser considerada uma fonte de segurança. Frente à constante aceleração das mudanças globais (não apenas sociais, mas também planetárias, climáticas, ambientais, entre outras), aproxima-se do imaginário coletivo a ideia de fim do mundo, conforme apontado por Krenak (2019). O autor aponta que a marca mais profunda do Antropoceno é o apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade, e que tamanha mudança que acompanhamos causa a sensação de que o céu está caindo, ou que o mundo está acabando. Entretanto, Krenak (2019, p. 60) propõe que o “fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder” e introduz o questionamento: por que temos tanto medo de cair?

Entendemos aqui que o medo de cair tem relação com a desestabilização das verdades e certezas construídas e impostas socialmente. A abertura para a diferença e à pluralidade, portanto, causa desconforto e insegurança, devido à sensação de queda, e se mostra um desafio à mudança de perspectiva – tanto epistemológica quanto cotidianamente. Apesar do desafio, Krenak aposta na potência de encarmos a queda:

Já caímos em diferentes escalas e em diferentes lugares do mundo. Mas temos muito medo do que vai acontecer quando a gente cair. Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha que fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos (Krenak, 2019, p. 62-63).

O autor, inclusive, remete ao desafio da ciência na contemporaneidade, apontando que a lógica da mercadoria captura toda pessoa que seja capaz de trazer inovação aos processos. Krenak (2019, p. 63) afirma que “na verdade, a ciência inteira vive subjugada por essa coisa que é a técnica. Há muito tempo não existe alguém que pense com a liberdade do que aprendemos a chamar de cientista. Acabaram os cientistas”. Esse apontamento, acreditamos, pode ser guardado em nossa memória para que possamos refletir sobre nossa atuação enquanto pesquisadores. Será que

estamos conseguindo pensar com liberdade? Estamos conseguindo garantir espaço para a liberdade dentro de nossas pesquisas? Conforme apontado anteriormente, de acordo com Krenak, para nos abirmos a outras possibilidades precisamos aceitar a queda, e para enfrentá-la precisamos criar paraquedas. O autor completa:

De que lugar se projetam os paraquedas? Do lugar onde são possíveis as visões e o sonho. Um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho. Não o sonho comumente referenciado de quando se está cochilando ou que a gente banaliza 'estou sonhando com meu próximo emprego, com o próximo carro', mas que é uma experiência transcendente na qual o casulo humano implode, se abrindo para outras visões da vida não limitada. (Krenak, 2019, p. 65-66).

Apostamos, então, na receptividade acadêmica a propostas de pesquisa abertas a outras visões de vida – para conhecê-las, bem como para transformá-las e também para criá-las. Esperamos, com este breve ensaio, contribuir para a reflexão acerca dos modos de pensar e fazer pesquisa na universidade. Devido à nossa proximidade com o método cartográfico, utilizamo-nos dele nesta escrita, mas consideramos a existência de outros métodos que também sejam capazes de acompanhar a diferença e defender a pluralidade nos processos de produção de subjetividades. Nesse sentido, afirmamos a importância de que seja ampliada a reflexão acerca das contribuições da pesquisa à construção e promoção de saberes contracoloniais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Regina. B. de; KASTRUP, Virgínia. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Líliliana da. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 76-91.

BARROS, Regina B. de; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Líliliana da. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Trad. Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DUSSEL, Enrique. A New Age in the history of philosophy: the world dialogue between philosophical traditions. **Prajñā Vihāra: Journal of Philosophy and Religion**, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49. Jan, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2023.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Lílíana da. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Ailton Krenak é o primeiro indígena eleito imortal da Academia Brasileira de Letras. [entrevista cedida a] Museu/Funai. **Gov.br**, 06 abr. 2024a. Disponível em < <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2023/ailton-krenak-cita-a-importancia-do-acervo-do-museu-do-indio-para-resgate-de-linguas-indigenas> >. Acesso em: 07 jul. 2025.

KRENAK, Ailton. **Cerimônia de Posse do Acadêmico Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Youtube, 2024b. 1 vídeo (2 horas). Publicado pela Academia Brasileira de Letras. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=a4-sXz3_ZWI&ab_channel=AcademiaBrasileiradeLetras >. Acesso em: 11 jul. 2025.

NETO, Maria G. A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros: contribuições da Linguística Aplicada. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, n. 4, p. 1-13,

2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-460X202259462>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <<https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/download/228/240/313>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Brasília: UNB, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias del Sur**. Mexico: Siglo XXI, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **História indígena: 500 anos de despovoamento**. Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.